

# **A HISTÓRIA DO ENSINO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: O curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul**

*Luciane Mendes Mattei<sup>1</sup>*

*Ana Tércia Lopes Rodrigues<sup>2</sup>*

**Resumo:** Este trabalho busca contribuir para o resgate da história do ensino da contabilidade no Brasil, especialmente no Estado do Rio Grande do Sul, através do relato da criação e evolução da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Para tanto, busca-se revelar o contexto histórico, cultural e econômico que propiciaram o surgimento de escolas especializadas no ensino da contabilidade, no Estado e no Brasil, as condições iniciais de ensino e a evolução do curso. Procura-se, inclusive, identificar a influência da legislação sobre a educação contábil, e a regulamentação da profissão de contador.

**Palavras-chave:** História. Contabilidade. Ensino. Brasil. Rio Grande do Sul. PUCRS.

## **INTRODUÇÃO**

Sociedades estão em constante evolução e requerem, a todo instante, profissionais qualificados capazes de ocupar espaços importantes nessa construção. Neste sentido, as escolas possuem um importante papel. As instituições de ensino superior são as formadoras de profissionais, pesquisadores e cientistas que trarão progresso intelectual e econômico para a sociedade como um todo.

---

<sup>1</sup> *Aluna do 8º semestre do curso de Ciências Contábeis – FCE – UFRGS  
Correspondência: lumattei@gmail.com*

<sup>2</sup> *Mestre em Administração e Negócios. Professora assistente e chefe substituta do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais – FCE – UFRGS  
Correspondência: aatercia@hotmail.com*

Nosso objetivo principal foi resgatar o contexto histórico, cultural e econômico que favoreceu a criação dos cursos superiores de ensino de contabilidade no Brasil e para isso utilizamos a pesquisa histórica e a revisão bibliográfica.

Assim como Peleias et al (2007, p. 2) utilizou-se como marco referencial para o início de nossa pesquisa a chegada da Família Real ao Brasil, “por ser um marco histórico relevante, destacada por vários pesquisadores da área da contabilidade [...]” e por representar significativas mudanças políticas, econômicas e culturais para a sociedade brasileira, que culminariam na proclamação da independência do Brasil, em 1822.

Após a chegada da Família Real em 1808 várias decisões tomadas por D. João favoreceram o desenvolvimento do Brasil, tais como: a abertura do comércio brasileiro aos países amigos de Portugal, o estímulo ao estabelecimento de indústrias no Brasil através do cancelamento da lei que não permitia a criação de fábricas neste país, reformas em portos e, principalmente, a criação do Banco do Brasil e a instalação da Junta de Comércio.

A partir de então se verificou a necessidade crescente de profissionais capazes de gerir o patrimônio, tanto o público quanto o privado. Desta necessidade surgiram as escolas de comércio, primeiras instituições de ensino voltadas ao ensino da escrituração comercial e à formação de profissionais para suprir esta lacuna.

Este trabalho tem como foco principal o Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE) da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), seus primórdios na instituição da Escola Técnica de Comércio e Finanças de Porto Alegre, estabelecida desde 1927, junto ao Colégio Rosário, instituição de ensino marista, e sua evolução, descrevendo sua história e contribuição para a sociedade gaúcha e brasileira.

Os estabelecimentos maristas no Rio Grande do Sul se notabilizaram pelos cursos de comércio. Em diversas cidades gaúchas eram ministrados os cursos de guarda-livros e, na cidade de Porto Alegre, por iniciativa do Irmão Afonso, em 1927 era criado o Instituto Superior de Comércio, junto ao Colégio Nossa Senhora do Rosário, sendo o primeiro curso reconhecido no sul do País, na vigência do Decreto nº 17.329 de 28 de maio de 1926, pela Portaria de 14 de abril de 1928:

O ministro de Estado dos negócios de Agricultura, Indústria e Comércio, em nome do Presidente da República RESOLVE, atendendo a que o Instituto Superior de Comércio anexo ao Ginásio Nossa Senhora do

Rosário com sede me Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, preenche todas as exigências regulamentares, reconhecer oficialmente o curso comercial do mesmo estabelecimento de ensino, para os efeitos do disposto no regulamento aprovado pelo Decreto 17.329 de 28 de maio de 1926. Rio de Janeiro, 14 de abril de 1928 (ass.) Germiniano Lira de Castro.

Na época, os alunos egressos do curso técnico, por possuírem formação específica, não podiam fazer nenhum curso superior fora dessa área. Sem poder dar continuidade aos estudos, profissionais formados pela escola reivindicaram à direção a criação de um curso de graduação na área.

O diretor do Instituto à época, Irmão Afonso, atendeu ao pedido dos ex-alunos, e foi criado então o curso de Administração e Finanças, cujo corpo docente era composto por ex-alunos formados em outros estados e irmãos maristas com formação na área.

Nosso propósito é contar a história dessa faculdade, que foi uma das primeiras instituições gaúchas de ensino superior de contabilidade e já formou, segundo a PUCRS, mais de 15 mil profissionais somando os cursos de contabilidade, administração e economia.

## **JUSTIFICATIVA PARA A ESCOLHA DO TEMA**

Deseja-se contribuir para o conhecimento histórico referente ao ensino da contabilidade como ciência no Estado do Rio Grande do Sul, identificando o contexto histórico e econômico que ensejou a instalação da Escola Técnica de Comércio e Finanças, o cenário econômico mundial, nacional e estadual que possa ter contribuído para que a sociedade gaúcha buscasse profissionais com esta formação específica.

Procura-se também identificar personalidades da época que contribuíram para a criação destas escolas, intelectuais e pensadores cujas obras elevaram a contabilidade ao seu status atual, empresários e políticos que de alguma forma contribuíram para a divulgação e propagação do ensino contábil.

Espera-se que este trabalho possa enriquecer de alguma forma o conhecimento histórico que se tem da contabilidade em nosso País e, especialmente, no Estado do Rio Grande do Sul.

## **OBJETIVOS DA PESQUISA**

Como relatado anteriormente, o principal objetivo deste trabalho é resgatar parte da história da evolução do ensino da contabilidade no Estado do Rio Grande do Sul relatando a história da FACE - Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e sua contribuição para ampliação do conhecimento contábil no País.

Assim como Silva, Amado (2005, p. 6) “Espera-se, com esta contribuição, despertar o interesse de outros pesquisadores para o assunto.”.

## **METODOLOGIA APLICADA À PESQUISA**

O método de abordagem a ser utilizado será o **histórico** quando se busca o resgate dos fatos e acontecimentos que ensejaram a criação de cursos de Contabilidade no Estado do Rio Grande do Sul. Segundo Lakatos e Marconi (2008, p. 107):

[...] o método histórico consiste em investigar acontecimentos, processos e instituições do passado para verificar a sua influência na sociedade de hoje, pois as instituições alcançaram sua forma atual através de alterações de suas partes componentes, ao longo do tempo, influenciadas pelo contexto cultural particular de cada época.

As técnicas de pesquisa a serem utilizadas classificam-se, quanto aos objetivos em **descritiva** quando busca-se descrever a história do ensino da contabilidade no Estado do Rio Grande do Sul; quanto aos procedimentos em **bibliográfica** e **documental**, pois serão as principais fontes de pesquisa obras já publicadas sobre o tema e documentos referentes ao assunto, tais como registros, anais, regulamentos, fotografias e a legislação aplicada ao tema e, quanto à abordagem do problema, em **qualitativa**, pois objetiva-se identificar com a pesquisa as motivações e os processos sociais que levaram à criação da escola em questão e, como afirma Oliveira (citado por SILVA, Antônio, 2006, p. 30): “por tratar-se de investigação sobre fatos do passado ou estudos referentes a grupos dos quais se dispõe de pouca informação.”.

## **A CHEGADA DA FAMÍLIA REAL AO BRASIL**

A chegada da Família Real ao Brasil em 1808 constitui, talvez, o mais importante marco referencial para a economia brasileira e sua transformação de colônia

em um dos países mais importantes da América Latina, em constante progresso econômico e social.

Segundo Schultz (2007, p.7) “A transformação do Rio de Janeiro em uma corte real começou dois meses antes da chegada do príncipe regente, quando foram recebidas as notícias do exílio real [...]”. Os habitantes da colônia viam o fato com orgulho e felicidade e, imediatamente várias medidas foram tomadas para acomodar a corte adequadamente.

O comércio brasileiro à época era composto, basicamente, de importações de produtos para consumo, visto que a instalação de fábricas e oficinas era proibida pelo alvará de 1785, e a exportação de produtos para grandes centros urbanos. Grandes alterações ocorreram quando o Brasil tornou-se sede do governo Português que alteraram significativamente a vida na colônia.

Após sua chegada D. João tomou várias medidas a fim de propiciar à nobreza condições semelhantes às que possuíam em Portugal. Entre as principais cabe destacar a criação de instituições como o Banco do Brasil, a Biblioteca Pública e a Casa da Moeda; a abertura dos portos, através da carta régia datada de 28 de janeiro de 1808, a criação da companhia de seguros estatal Boa-Fé, através de decreto assinado em 24 de fevereiro de 1808, a instituição de uma Imprensa Régia, entre outras. Desta forma D. João, nos dizeres de Schultz (2007, p.8) “[...] trouxe prestígio à cidade, facilitou a administração e o exercício da justiça e de transações econômicas, proporcionando oportunidades para a prestação de serviços à corte.”.

Conforme Wacholz (2006, p. 47) ainda em 1808, D. João VI “[...] emitiu alvará criando a Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegações, e determinou a adoção, por parte dos Contadores Gerais da Real Fazenda, do sistema de partidas dobradas na escrituração mercantil” fato que culminou na criação das aulas de comércio devido à exigência de profissionais capacitados para atuar neste órgão.

## **AS PRIMEIRAS AULAS DE COMÉRCIO**

O ensino comercial no Brasil teve sua origem na criação de uma cadeira de Aula Pública de Ciências Econômicas (ou economia política), atribuída a José da Silva Lisboa, Visconde de Cairú, formado em Direito em Coimbra, primeiro professor de contabilidade no Brasil, em novembro de 1808.

Em 15 de julho do ano seguinte foram criadas as “Aulas de Comércio” através de um alvará. As aulas de comércio, inicialmente, preparavam os empregados do comércio para o exame na Junta Comercial e tinham uma duração de dois anos. Entretanto, apesar dos estímulos da área pública, o ensino comercial não logrou êxito em seus primeiros anos devido, principalmente, ao desinteresse da população. Ocorre que, à época, a sociedade valoriza somente profissionais ditos “doutores” e a procura pelas aulas de comércio acabou restrita.

Na primeira metade do século XIX o Estado do Maranhão viveu seu apogeu econômico. Com uma economia baseada na agricultura produzia principalmente derivados da cana-de-açúcar, tais como aguardente e açúcar, cacau, café, castanhas, carnes salgadas, entre outros. Então, no ano de 1811, teve início no Maranhão a primeira Aula de Comércio e, conforme Silva, Amado (2005, p. 57) “não logrou resultados, pois durante nove anos o lente<sup>3</sup> responsável, Francisco Justino da Cunha, ocupou o lugar sem nada ensinar”. Em 1820 as aulas foram suspensas e os pagamentos do lente sustados devido a uma sindicância instaurada cujas conclusões foram levadas inclusive a D. João VI.

Mais tarde, segundo Rodrigues (2010), em 1835 o governo imperial aprovou os Estatutos da Aula de Comércio da Corte, mantidas pela Secretaria do Tribunal Real da Junta de Comércio, que regulamentaram as aulas de comércio, aprovando-as e modificando as condições de ofertas destas aulas.

As aulas de comércio possuíam grande importância para o governo imperial, pois formavam os profissionais que atuariam diretamente nos registros das transações comerciais que se intensificavam à época, principalmente com a Inglaterra, aliada de Portugal.

Conforme Peleias et al (2007), preocupados com a lisura dos docentes das aulas de comércio, os chamados Lentes, em 1842 o governo definiu, através do Decreto nº 121, os critérios a serem adotados para a seleção destes docentes. E, em 1846, com a publicação do Decreto nº 456, as aulas de comércio foram regulamentadas, com várias mudanças inclusive na grade curricular, porém mantendo a duração de dois anos de curso.

---

<sup>3</sup>Professor universitário. Dicionário Priberam da Língua Portuguesa.

A duração do curso foi alterada por duas vezes, em 1861 e 1863, passando a ter três e quatro anos respectivamente, como forma de adequar-se aos demais cursos de nível superior ministrados no país.

## **INFLUÊNCIA DO AMBIENTE JURÍDICO E REGULATÓRIO E O PANORAMA DO SÉCULO XIX**

A legislação sempre possuiu no Brasil forte influência na sociedade como um todo. Para a contabilidade e seu ensino não foi diferente. A promulgação de leis sempre trouxe conseqüências para a contabilidade, tanto positivas quanto negativas. Nos dizeres de Silva, Amado (2005, p. 8):

Durante todo o período colonial e imperial brasileiro qualquer iniciativa empresarial dependia de autorizações expedidas pelo Governo e estas eram publicadas através de leis, decretos, regulamentos, alvarás ou decisões, registrando-se nos anais jurídicos todos estes eventos.

A instituição do Código Comercial Brasileiro em 1850 representa um exemplo marcante de influência para a contabilidade. Sua instituição representou as mudanças sociais pelas quais passava o país, momento em que, através de uma lei promulgada sob forte pressão da Inglaterra que proibia o tráfico de escravos e reduzia a mão-de-obra no país, causava uma expressiva mudança econômica, levando o Brasil de país com economia predominantemente baseada na agricultura para uma economia mais baseada na indústria e no comércio.

Somados, estes acontecimentos impulsionaram o ensino da contabilidade no Brasil em um momento em que várias sociedades anônimas instalavam-se no país necessitando assim de um maior número de profissionais.

Segundo D'Áuria in Reis e Silva (2007, p. 3), “o Código Comercial de 1850 qualificou o guarda-livros como preposto do comerciante.”.

Segundo Bielinski (2000) em 1856, através do Decreto nº 1.763, a Aula de Comércio da Corte foi convertida em Instituto Comercial da Corte ou do Rio de Janeiro, em virtude da Lei de 9 de agosto de 1854 que autorizava sua reforma, sendo efetivamente extinta no ano de 1857.

O quadro a seguir demonstra a evolução e o surgimento dos cursos de comércio durante o século XIX:

<b>Ano</b>	<b>Etapas da Evolução do Ensino Comercial no Brasil</b>
1808	Criação da cadeira de Economia Política, que mais tarde foi denominada de “aula de comércio”, pelo Decreto nº. 456, de 06 de julho de 1846;
1810	Criação da Academia Real Militar, tendo em seu currículo a disciplina “cálculo das probabilidades”, e desta academia saíram os primeiros atuários do Brasil;
1827	O Decreto de 11 de agosto institui as faculdades de Direito de Olinda e de São Paulo, a disciplina Economia Política faz parte do currículo a partir de 1929;
1846	Criação da Escola Central de Comércio que, através do Decreto 456, de 06/06/46, regulamenta a carta de habilitação dos diplomados da aula de comércio;
1856	Criação do Instituto Comercial do Rio de Janeiro;
1890	A Escola Politécnica do Rio de Janeiro passa a ter em seu currículo a disciplina Direito Administrativo e Contabilidade;
1891	Criada em Fortaleza a Escola de Comércio da Fênix Caixeiral;
1894	É reformado o ensino na Escola Politécnica de São Paulo, sendo instituído o diploma de contador para os alunos que terminassem o curso geral, com duração de um ano;
1899	É criada a Escola Prática de Comércio do Pará;
1902	Surge a Academia de Comércio do Rio de Janeiro e a Escola Prática de Comércio de São Paulo.

**Evolução do ensino comercial no Brasil**

**Fonte: Wacholz (2006)**

No Rio Grande do Sul o ensino contábil evidenciava-se nos cursos ofertados em estabelecimentos comerciais, órgãos fiscalistas e militares, cuja educação era baseada na prática comercial.

A primeira instituição a ministrar aulas de escrituração mercantil no Rio Grande do Sul da qual se tem registro é o Collégio Emulação, em 1870, que ofertava uma disciplina em nível secundário.

Segundo Barbosa (2009):

O Club Caixeiral Porto-Alegrense oferecia, desde 1882, palestras e aulas de escrituração mercantil aos seus associados, que eram em sua maioria guarda-livros e caixeiros de empresas comerciais. Esses guarda-livros, em 3 de junho de 1894, deixam o Club Caixeiral e fundam a primeira instituição representativa da classe contábil no Rio Grande do Sul, o Clube de Guarda-Livros de Porto Alegre.

À mesma época surgiram instituições particulares que passaram também a dedicar-se ao ensino comercial, tais como: o Collégio Riograndense, o Collégio Ivo Afonso Corseuil, e a Associação dos Empregados no Comércio de Porto Alegre (AEC), que mais tarde daria origem à Escola Mauá.

Ainda conforme Barbosa (2009):

A Escola Mauá logrou grande destaque no estado, formando profissionais da contabilidade por várias décadas. Mesmo após ter sido adquirida pela iniciativa privada, nos anos de 1950, devido à decadência da AEC, continuou formando técnicos contábeis até o ano de 1985.

## **SÉCULO XX E O ENSINO SUPERIOR NO BRASIL**

O período compreendido entre o final do século XIX e início do século XX caracterizou-se pela expansão na criação de cursos destinados a escrituração comercial.

O século anterior caracterizou-se por uma educação elitista e excludente, visto que apenas famílias com recursos poderiam custear os estudos de seus filhos.

O início do século XX foi marcado por uma sensível mudança econômica e cultural no Brasil e no Mundo. Verificamos nesta época o início da industrialização brasileira e o surgimento da classe média provocando grande impacto nas relações de consumo. No cenário cultural temos como marco a Semana de Arte Moderna, em 1922, realizada por intelectuais como Anita Malfatti, Villa-Lobos e Mario de Andrade expondo seus trabalhos. A participação das mulheres no mercado de trabalho começou a crescer.

Nos dizeres de Gusmão e Lemos (2006, p. 275):

Foi uma era de inovações tecnológicas, da eletricidade, da modernização das fábricas, do rádio e do início do cinema falado, que criaram, principalmente nos Estados Unidos, um clima de prosperidade sem precedentes [...]

A legislação brasileira novamente influenciou a expansão das entidades de ensino no país. A Constituição de 1891 e o Código Epiácio Pessoa influenciaram a criação de cursos superiores no Brasil, pois a primeira concedia à União a atribuição de criar entidades de ensino superior nos Estados e o segundo mantinha sob competência

única da União a capacidade de legislar sobre o tema, fazendo surgir então os cursos superiores nos Estados.

Neste período, a política dos estados possuía um forte caráter oligárquico, preocupando-se apenas em satisfazer as necessidades desta oligarquia. Mas, apesar disso, conforme Melo et al (p. 11):

[...] esse foi um período fértil para a expansão do ensino superior que de 1907 a 1933 passa de 25 para 338 instituições de ensino superior e 17 universidades e de 5.795 para 24.166 alunos.

Foram feitas várias reformas na educação, que apresentamos, de forma cronológica, no quadro a seguir:

ANO	REFORMA
1890	Decreto nº 981 de 1890 - Reforma Benjamim Constant - Aprova o regulamento da instrução primária e secundária do Districto Federal.
1901	Decreto nº 3.890 de 1901 - Reforma Epiácio Pessoa - Aprova o código dos institutos oficiais de ensino superior e secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.
1911	Decreto nº 8.659 de 1911 - Reforma Rivadavia Correia - Aprova a lei orgânica do ensino superior e do fundamental na República.
1915	Decreto 11.530 de 1915 - Reforma Carlos Maximiliano - Reorganiza o ensino secundário e o superior na República.
1925	Decreto nº 16.782 de 1925 - Reforma João Luiz Alves da Rocha Vaz - Estabelece o concurso da união para difusão do ensino primário, organiza o departamento nacional de ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências.
1926	Decreto nº 17329 - Aprovou o regulamento dos estabelecimentos de ensino técnico comercial, um com formação geral de quatro anos e outro, superior, de três anos.
1931	Decreto nº 19.890 de 1931 - Reforma Francisco Campos - Dispõe sobre a organização do ensino secundário.
1945	Decreto-Lei nº 7.988 de 1945 – Institui o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais.
1946	Decreto-Lei nº 9.295 de 1946 – Cria o Conselho Federal de Contabilidade.
1951	Lei 1.401 de 1951 – Desdobra o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais em dois cursos: Ciências Contábeis e Ciências Atuariais.
1961	A Lei 4.024 de 1961 - Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.

1996	Lei 9.394 de 1996 – Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Muda os nomes das etapas de ensino (Básico, Fundamental, Médio e Superior) e acrescenta um ano a mais ao Fundamental.
1999	Resolução CFC 853 de 1999 – Institui o Exame de Suficiência como requisito para obtenção de Registro Profissional em CRC.
2005	Suspensão dos Exames de Suficiência devido a processos judiciais interpostos em Florianópolis/SC
2010	A Lei Complementar 12.249 de 2010 - Institui a obrigatoriedade do Exame de Suficiência na área contábil.

**Reformas na educação brasileira. Elaboração própria.**

A Reforma Benjamin Constant previa a gratuidade do ensino primário, assim como estipulado na Constituição, liberdade e laicidade no ensino, substituição da predominância literária pela científica e pretendia transformar o ensino de mero preparador em formador de alunos para o ensino superior.

A seguir, a Reforma Rivadávia Correia pretendia o inverso da anterior, ou seja, que o ensino secundário fosse formador do cidadão e não apenas um preparador para o próximo nível. Pregava a liberdade de ensino e de frequência, e a possibilidade de oferta de ensino não apenas por entidades oficiais. Trouxe resultados desastrosos para a educação brasileira.

Face ao insucesso da Reforma Rivadávia, a Reforma de Carlos Maximiliano surgiu para por fim a reforma anterior e reoficializar o ensino no Brasil.

A Reforma Rocha Vaz baixou algumas normas de funcionamento para os cursos em funcionamento à época, extensivas aos que fossem criados.

Em 1926, o decreto nº 17.329 regulamentou o ensino comercial no país e previa um curso geral, com duração de quatro anos, seguido ou não de um curso superior e preparavam seus alunos para as funções de guarda-livros, peritos judiciais e funcionários da fazenda pública. Já o curso superior formava, segundo Laffin (2002), bacharéis em Ciências Econômicas-comerciais, que atuavam em bancos, grandes empresas comerciais e em órgãos públicos como o Ministério das Relações Exteriores.

A quebra da bolsa de Nova York trouxe para a contabilidade uma necessidade de reestruturação de seus demonstrativos e de regulamentações que possibilitassem maior segurança para seus usuários.

Neste contexto, a Reforma Francisco de Campos dividiu o ensino comercial em dois cursos: o propedêutico, com duração de três anos, e o técnico, subdividido em

secretário, administrador-vendedor, guarda-livros, atuário e perito-contador. O ensino técnico comercial completava-se com o Curso de Administração e Finanças, cuja duração era de três anos e só poderia cursá-lo quem houvesse concluído curso de perito-contador.

Somente no ano de 1945 surgiria o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais, através do decreto-lei nº 7.988, que conferia o título de bacharel após a sua conclusão e possuía a duração de quatro anos.

Um ano depois, através do decreto-lei nº 9.295, era criado o Conselho Federal de Contabilidade, órgão de regulação e fiscalização da classe contábil.

Somente no de ano de 1951 o curso de Ciências Contábeis e Atuariais foi dividido em dois cursos: o de Ciências Contábeis e o de Ciências Atuariais. Entretanto, curso anterior não deixou de existir.

## **O COLÉGIO NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO E O ENSINO COMERCIAL**

A origem da presença marista no sul do Brasil remonta ao ano de 1897, quando o Bispo de Porto Alegre Dom Claudio José Ponce de Leão, foi à França solicitar ao Superior-Geral do Instituto Marista, Ir. Teofânio Durand, Irmãos missionários para auxiliarem na evangelização e educação nas colônias alemãs do Estado. Na época, a Diocese de Porto Alegre abrangia todo o território gaúcho, que sofria as seqüelas da Revolução Federalista<sup>4</sup>.

Os primeiros Irmãos chegaram então no ano de 1900 e dirigiram-se à cidade de Bom Princípio. Na fase inicial os Irmãos Maristas assumiram a direção e a docência em escolas dos Jesuítas, como ocorreu no Colégio Anchieta, em Porto Alegre, no início do século XX. A expansão do ensino marista foi rápida e, já nos primeiros anos, abrangia inclusive os estados de Santa Catarina e Paraná.

A pedido do Pároco Padre Hipólito Costabile, os Irmãos Maristas assumiram, em 7 de fevereiro de 1904, a direção da Escola Paroquial da Igreja Nossa Senhora do Rosário, que ministravam as aulas nas salas localizadas no piso superior da sacristia.

---

<sup>4</sup> A Revolução Federalista ocorreu no Rio Grande do Sul entre 1893 e 1895 envolvendo dois importantes grupos políticos antagônicos: os Federalistas que defendiam o sistema parlamentar de governo e exigiam a retificação da Constituição Estadual, e os Republicanos cuja filosofia inspirava-se no positivismo e defendia o sistema presidencialista. Este conflito armado resultou na morte de aproximadamente 10.000 pessoas.

Devido ao crescente número de alunos os Irmãos alugaram uma casa à Rua da Ponte, atualmente Rua Riachuelo, em 1908, e, em 1913, instalaram-se no Antigo Seminário, atualmente Cúria Metropolitana, até o ano de 1926, quando tiveram de deixar de usar suas dependências.

Os Irmãos conseguiram então dois imóveis localizados na Avenida Independência, onde instalaram o Ginásio Nossa Senhora do Rosário. No Ginásio eram ministradas aulas nos níveis primário, secundário, ginásio e, a partir de 1917, o curso de comércio.

Em 1927 o Irmão Afonso<sup>5</sup> assumiu a direção do Ginásio Nossa Senhora do Rosário e segundo João e Clemente (2002) “[...] realizou uma série de projetos que em breve tempo colocaram o estabelecimento em primeira plana no Estado, quer no curso secundário, quer no Instituto Superior de Comércio.”

## **O INSTITUTO SUPERIOR DE COMÉRCIO**

Ainda no ano de 1927 foi criado o Instituto Superior de Comércio que correspondia ao Curso de Contador de nível médio e destinava-se a preparar profissionais para atuarem na área contábil, em empresas e casas comerciais de todo o Estado.

Alguns fatos contribuíram para a criação de um curso superior de contabilidade. A economia mundial sofria as conseqüências da crise deflagrada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova York em 1929. Por possuir uma forte relação comercial com os Estados Unidos, que eram à época seus maiores compradores de café, o Brasil sofreu fortemente os impactos desta crise, ainda chamada “A Grande Depressão”.

Esta crise acabou por revelar a grande necessidade de padronização contábil e a formação de profissionais capacitados a produzir demonstrativos que representassem adequadamente a posição patrimonial das empresas.

## **A FACULDADE DE CIÊNCIAS POLÍTICAS E ECONÔMICAS**

Iniciou-se no Brasil um grande movimento de criação de escolas superiores que foram regulamentadas inicialmente pela Lei nº 20.158 de 30 de junho de 1931.

---

<sup>5</sup>Charles Désiré Joseph Herbaux. Nascido em 19 de agosto de 1887 na França.

No ano de 1931, alguns ex-alunos peritos-contadores solicitaram a direção da escola a criação de um curso superior, visto que, devido a sua formação não poderiam continuar seus estudos em outras áreas.

Atendendo ao pedido destes ex-alunos foi criado então o Curso Superior de Administração e Finanças, inaugurado a 12 de março de 1931. Inicialmente o curso era ministrado na Praça Dom Sebastião, número 80, e seu corpo docente possuíam a seguinte composição: Irmão Afonso (diretor), Eloy José da Rocha, Elpídio Ferreira Paes, Carlos Sacknies, Colombo Rodrigues de Lima e Irmão José Ignácio Calvo Alonso (JOÃO e CLEMENTE, 2002).



**Figura 1 - Grupo fundador do Curso de Administração e Finanças em 1931**  
**Fonte: Revista PUCRS Informação – nº 104**

A primeira turma de Bacharéis em Ciência Políticas e Econômicas formou-se em 18 de julho de 1934. Os formandos eram: Carlos Pedro Gerlach, Otávio Lund, Luiz Baroni, João Schmidt, Lanes Menezes, Décio Oscar Kramer, Arlindo Borsato, Antônio Maria da Silva Filho e Ciro Menezes da Cunha.



**Figura 2 - Primeira sede da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas na Praça Dom Sebastião, nn. 80-86-92**

**Fonte: João e Clemente (2002)**



**Figura 3 - Vista do segundo prédio da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, na Praça Dom Sebastião**

**Fonte: João e Clemente (2002)**



**Figura 4 - Primeira turma de Bacharéis em Ciências Políticas e Econômicas. 1933**  
**Fonte: João e Clemente (2002)**



**Figura 5 - Sede da PUCRS, de 1943 a 1967, na Praça Dom Sebastião, atual Colégio Nossa Senhora do Rosário**  
**Fonte: João e Clemente (2002)**

Em 1935 formaram-se 17 bacharéis e registrou-se 106 alunos matriculados, distribuídos pelos três anos do curso.

No ano de 1946, atendendo ao Decreto-Lei nº 7.988 de 1945, extinguiu-se o curso de Administração e Finanças e foi criado o curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

## **O SURGIMENTO DA CIDADE UNIVERSITÁRIA**

Logo após a criação da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, devido ao sucesso logrado e ao prestígio que possuía junto à sociedade gaúcha, outras faculdades foram criadas a fim de atender às demandas de ex-alunos de cursos secundários e da comunidade. Foram criadas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (1940), Faculdade de Direito (1947) e a Escola de Serviço Social (1947), que culminaram na instituição da Universidade Católica do Rio Grande do Sul, no ano de 1948.

Inicialmente, idealizou-se a instalação da universidade no prédio do Colégio Rosário, entretanto o espaço físico disponível mostrou-se insuficiente para atender às necessidades das faculdades.

Ocorre que a Congregação Marista era proprietária, desde o ano de 1920, de uma chácara localizada no Bairro Partenon, onde instalou o Instituto Champagnat, sua casa de formação religiosa. No local também se cultivavam frutas e verduras, criavam-se animais, existiam oficinas, enfermaria e ainda uma escola para alunos carentes.

Segundo Acauan (2001):

Numa conversa do então Reitor Ir. José Otão com o prefeito Leonel Brizola, o assunto era onde construir a nova Universidade. Vendo a preocupação do Ir. Otão, Brizola falou:

- Ora, Ir. Otão, vocês têm toda aquela propriedade no Partenon! Seria o melhor lugar!

Naquele instante decidiu-se construir a Cidade Universitária da PUCRS onde hoje ela se encontra.

Em 1957 foi lançada a pedra fundamental do primeiro prédio da Universidade Católica, o da Faculdade de Odontologia, que passou a ser utilizado efetivamente por alunos e professores em março de 1960. Em 1962 foi inaugurado o prédio da Escola de Engenharia e em 15 de março do mesmo ano iniciaram-se as obras do Restaurante Universitário. No ano de 1964 foi concluído o Laboratório de Mecânica.

No ano de 1965 foi concluído então o prédio destinado a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Este prédio possuía cinco andares distribuídos em 5400 metros quadrados. Abrigou, além da FCPE<sup>6</sup>, o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, a Faculdade de Serviço Social e a Faculdade dos Meios de Comunicação Social.

Somente no ano de 1998 foi iniciada a construção do atual prédio destinado a abrigar a faculdade, o Prédio 50.

## **A FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA**

Foi no mesmo ano de 1998, com a aprovação do novo estatuto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, pelo Ministério da Educação, através da Portaria nº 1.054, que a FCPE assumiu a denominação atual: Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia (FACE).



**Figura 6 - Prédio atual da FACE**

**Fonte:**

Atualmente a Faculdade oferece os seguintes cursos:

### 1. Graduação:

#### 1.1. Ciências Contábeis – Controladoria e Finanças

---

<sup>6</sup>Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas. Sigla.

- 1.2. Ciências Econômicas
- 1.3. Administração de Empresas
- 1.4. Comércio Internacional
- 1.5. Empreendedorismo e Sucessão
- 1.6. Gestão de Tecnologias de Informação
- 1.7. Marketing
- 1.8. Hotelaria
- 1.9. Gestão de Turismo
2. Especialização:
  - 2.1. Gestão em Comércio Internacional
  - 2.2. Gestão Estratégica de Negócios
  - 2.3. Gestão e Inteligência Competitiva
  - 2.4. Produção Cultural e de Eventos
  - 2.5. Gestão Empresarial
  - 2.6. Gestão Estratégica de Pessoas
  - 2.7. Governança Corporativa e Gestão de Riscos
  - 2.8. Controladoria e Finanças
  - 2.9. Gestão Estratégica em Logística
  - 2.10. Gestão Estratégica em Tecnologia da Informação
  - 2.11. Marketing Estratégico
  - 2.12. Gestão em Tributos e Planejamento Tributário Estratégico
3. Mestrado e Doutorado:
  - 3.1. Programa de Pós-Graduação em Administração
  - 3.2. Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento

Segundo dados da FACE<sup>7</sup>, existem hoje cerca de 5000 alunos matriculados e por volta de 140 professores vinculados à faculdade. Calcula-se que a faculdade já formou, aproximadamente, 15000 alunos nos diversos cursos oferecidos.

## **DR. OLIVIO KOLIVER – UM CÉLEBRE EX-ALUNO**

Entre os diversos ex-alunos formados no curso de Ciências Contábeis da FACE, destaca-se o Prof. Dr. Olívio Koliver.

---

<sup>7</sup>Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia. Sigla.

Formado Bacharel em Ciências Contábeis e Atuariais na FCPE no ano de 1958, foi uma importante figura na contabilidade gaúcha e brasileira. Em sua formação ainda consta o título de Bacharel em Ciências Econômicas, pela Universidade do Rio dos Sinos (UNISINOS) e o de Livre-Docência, pela Pontifícia Universidade Católica.

Contador e sócio fundador da Koliver & Cia Auditores e Consultores, foi pesquisador e membro da Comissão de Investigação Contábil da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC) e professor de contabilidade em cursos de graduação e pós-graduação.

Atuou como professor titular na FCPE entre os anos de 1961 e 1989; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, entre 1964 e 1998; e na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, de 1962 a 1968.

Recebeu diversos prêmios e títulos: o Prêmio Roberto Casas Alatraste (XV Conferência Interamericana de Contabilidade. 1983), a Medalha do Mérito Ibero-Americano (1ª Conferência Ibero-Americana de Contabilidade. 1993), o título de Contabilista Emérito do Rio Grande do Sul (Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul. 1998), o Diploma de Serviços Relevantes do CFC (Conselho Federal de Contabilidade. 2002), a Comenda da Ordem do Mérito Alvarista (FECAP. 2002), e o Prêmio Henrique Desjardins (Sindicato dos Contabilistas de Porto Alegre. 2005), entre outros tantos.

Em 1974 foi eleito Conselheiro do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, atuando até o ano de 1983. Retornou no período compreendido entre 1994 e 1997. Por quatro gestões foi Presidente do Conselho Federal de Contabilidade do Rio Grande do Sul: 1980/81, 1982/83, 1994/95 e 1996/97.

Extremamente atuante e comprometido com a contabilidade, participou ativamente de diversos seminários, simpósios, encontros, palestras, conferências e congressos dedicados à ciência contábil. Atuou ainda no Conselho Editorial da Revista do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul desde a sua instituição, em 1972, onde foi coordenador entre 1976 e 2009, publicando artigos em quase todas as edições.

Destacou-se também pela vasta produção bibliográfica, com a publicação de livros, diversos artigos publicados em jornais e revistas especializadas, e a apresentação de trabalhos em conferências e congressos. Diversas minutas de sua autoria resultaram em Resoluções expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade.

O Prof. Dr. Olívio Koliver faleceu no dia 29 de junho de 2009, deixando uma imensa contribuição para a contabilidade e a classe contábil gaúcha.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas foi a precursora de várias outras faculdades que hoje formam, em conjunto, a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Idealizada pelos Irmãos Maristas a fim de atender, inicialmente, as necessidades de ex-alunos do curso de comércio do Colégio Nossa Senhora do Rosário, obteve grande sucesso, principalmente pelo zelo e responsabilidade com a qual foi gerida desde o início.

Sua criação foi de extrema importância para a difusão do ensino da contabilidade no Estado do Rio Grande do Sul sendo, juntamente a Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, uma das primeiras instituições de ensino superior de Ciências Contábeis neste Estado.

**THE HISTORY OF THE TEACHING OF ACCOUNTING SCIENCES IN THE STATE OF RIO GRANDE DO SUL:** The course in Accounting Sciences from the Catholic University of Rio Grande do Sul (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUC-RS).

**Abstract:** This work seeks to contribute to the rescue in the history of accounting education in Brazil, especially in Rio Grande do Sul, through the story of creation and evolution of the Faculty of Business Administration, Accounting and Economics, from the Catholic University of Rio Grande do Sul. Therefore, we seek to reveal the historical, cultural and economic development that favored the development of specialist schools in the teaching of accounting in the State of Rio Grande do Sul and in Brazil, the initial conditions of teaching and course development. Seeking even identify the influence of legislation on accounting education, and regulation of the accountancy profession.

**Keywords:** History. Accounting. Teaching. Brazil. Rio Grande do Sul. PUCRS

## REFERÊNCIAS

ACAUAN, A. P. Do campo dos burros ao campus da PUCRS. **Revista PUCRS Informação**, Porto Alegre, nº 105, p. 32 - 33, jul/ago 2001.

BRASIL. Decreto nº 981, de 08 de novembro de 1890. Approva o regulamento da instrução primária e secundária do Districto Federal.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 3.890 de 01 de janeiro de 1901. Approva o código dos institutos officiaes de ensino superior e secundário, dependentes do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

\_\_\_\_\_. Decreto 8.659 de 05 de abril de 1911. Approva a lei orgânica do ensino superior e do fundamental na República.

\_\_\_\_\_. Decreto 11.530 de 18 de março de 1915. Reorganiza o ensino secundário e o superior na República.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 16.782 de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da união para difusão do ensino primário, organiza o departamento nacional de ensino, reforma o ensino secundário e o superior e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 17.329, de 28 de maio de 1926. Approva o regulamento para os estabelecimentos de ensino technico commercial reconhecidos oficialmente pelo Governo Federal.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização do ensino secundário.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 7.988 de 22 de setembro de 1945. Dispõe sobre o ensino superior de ciências e econômicas e de ciências contábeis e atuariais.

\_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946. Cria o Conselho Federal de Contabilidade, define as atribuições do Contador e do Guarda-livros e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. Lei Ordinária nº 1.401 de 31 de julho de 1951. Inclui, no Curso de Ciências Econômicas, a cadeira de História Econômica Geral e do Brasil, e desdobra o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Fixa as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

\_\_\_\_\_. Lei Complementar nº 12.249 de 11 de junho de 2010. Altera o Decreto-Lei nº 9.295 de 27 de maio de 1946. Institui a obrigatoriedade do Exame de Suficiência e dá outras providências.

BARBOSA, M. A. G. **Consolidação do ensino contábil no Rio Grande do Sul**. In História centenária da Faculdade de Ciências Econômicas: 1909-2009/ Organizado por Gentil Corazza. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

BIELINSKI, A. C. **Educação profissional no século XIX. Curso do Liceu de Artes e Ofícios: um estudo de caso**. Disponível em: <http://www.senac.br/informativo/BTS/263boltec263e.htm>. Acesso em 10 de março de 2010.

JOÃO, F.; CLEMENTE, E. **História da PUCRS: 1931 – 1951. Vol. I**. 2ª Ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

GUSMÃO, S. L.; LEMOS, L. A. A trajetória de um sucesso: a Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia da PUCRS. **Revista Análise**, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 274-283, jul. 2006.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAFFIN, M. **De contador a professor: a trajetória da docência no ensino superior de contabilidade**. Tese. Programa de pós-graduação em Engenharia da Produção. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

MELO, A. L.; SANTOS, E. J. R.; ANDRADE, G. P. **Ensino superior no Brasil: do elitismo colonial ao autoritarismo militar**. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer\\_histedbr/seminario/seminario8/\\_files/ErJB7MMF.doc](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/ErJB7MMF.doc)>

PELEIAS, I.; SEGRETI, J. B.; SILVA, G. P.; CHIROTTO, A. R. Evolução do ensino da contabilidade no Brasil: Uma análise histórica. **Revista Contabilidade e Finanças**, São Paulo, Edição 30 anos de Doutorado, p. 19 – 32, Jun. 2007.

REIS, A. J.; SILVA, S. L. **A história da contabilidade no Brasil**. UNIFACS. Salvador, 2007.

RODRIGUES, A. A. **A história da profissão contábil e das instituições de ensino, profissionais e culturais da Ciência Contábil no Brasil**. Disponível em: <http://www.crcrs.org.br/memorial/brasil.htm>

SILVA, Antônio C. R. **Metodologia da Pesquisa Aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SILVA, Amado F. **A contabilidade brasileira no século XIX – Leis, ensino e literatura.** Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis e Financeiras. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

SCHULTZ, K. **Perfeita civilização: a transferência da corte, a escravidão e o desejo de metropolizar uma capital colonial. Rio de Janeiro, 1808-1921.**

WACHOLZ, C. R. **Alexandre Vertes: Uma vida dedicada a contabilidade.** Dissertação de mestrado em Ciências Contábeis da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo, 2006.

## **BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

CANDIOTTO, L. B.; MIGUEL, M. E. B. **O curso de Ciências Contábeis na educação brasileira: das aulas de comércio ao curso superior de Ciências Contábeis (1808 – 1951).** IX Congresso Nacional de Educação – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia. PUCPR. 2009.

CLOTET, J. PUCRS: A desafiadora construção de uma história. **PUCRS Informação.** Porto Alegre, n. 142, p. 47, nov. 2008.

CORRÉGIO, O. **A contribuição da teoria de Luca Pacioli (1445-1517) para a solidificação universal do método das partidas dobradas.** Dissertação de mestrado em História da Ciência. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2006.

Dentre os mais antigos filhos da PUCRS. **Revista PUCRS Informação,** Porto alegre, n. 140, p. 45, jul. 2008.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4º Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, L. **Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil.** São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T. Contabilidade e seu ambiente no Brasil. **Brazilian Business Review,** v. 2, n.1, p. 13-32. Vitória, 2005.

\_\_\_\_\_ ; BACCI, J. Pequena cronologia do desenvolvimento contábil no Brasil: Os primeiros pensadores, a padronização contábil e os congressos brasileiros de contabilidade. **Revista Administração On Line – FECAP**, São Paulo, v. 5, n. 3, p. 39-54, 2004.

SCHMIDT, P. **A história do pensamento contábil**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

SILVA, Antônio C. R.; MOURA, H. S. **Retrospectiva histórica do ensino superior de contabilidade no Brasil**.

SILVA, M. **Contabilidade: no mapa da expansão do ensino superior**. Dissertação de mestrado em Educação. Universidade Regional de Blumenau. Blumenau, 2006.